



Comissão de Pregão II

**DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 216/2022**

Processo Licitatório nº: 15.980/2021

Processo de Impugnação n.º: 11.722/2023

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 216/2022**

**OBJETO:** Contratação de empresa do ramo de Engenharia Clínica para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva com utilização de mão de obra, com regime de dedicação exclusiva, tecnicamente qualificada pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, reposição de peças/materiais e de serviços especializados.

**IMPUGNANTE: TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**

**IMPUGNADO: EDITAL**

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 216/2022**.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

05. A impugnante sucintamente alega que *“...no edital em seu item 19.2.2, dispõe como requisito para “Qualificação Técnica Profissional”, que o **Contrato de Prestação de Serviços esteja devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.** Contudo, o registro em cartório do documento citado configura exigência ilegal que afronta o princípio da isonomia e da competitividade.”*;

06. Afirma que, *“Tal exigência não é prevista na Lei 8666/93, e, em nenhum instrumento legal para fins de habilitação dos licitantes.”*;

07. Alega ainda que, *“não faz sentido do ponto de vista técnico-jurídico, exigir registro em cartório do contrato de prestação de serviços do responsável técnico, a exigência em comento não encontra amparo na Lei de Licitações e inexistente norma que condicione a validade da avença entre a empresa licitante e seu responsável técnico.”*

08. Pontua ainda que, *“O próprio Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro, para a inclusão do profissional no quadro de responsáveis técnicos da empresa, só exige uma ART de cargo e função emitida pelo profissional afim de comprovar o vínculo entre as partes, não há exigência de contrato de prestação de serviços e/ou CTPS.”*



Comissão de Pregão II

**III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

10. Requer a impugnante que:

a) *“Seja excluída do item “19.2.2” do Edital a exigência de **Contrato de Prestação de Serviços devidamente registrado em cartório de títulos e documentos**”;*

b) *“A Inclusão no item “19.2.2” do Edital, que a comprovação do vínculo empregatício, ou contratado, ou societário, pode ser comprovado através de ART de cargo e função, nos termos do Conselho Regional Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro;*

c) *“A Inclusão no item “19.1.1” do Edital, que as licitantes também poderão comprovar possuir responsável técnico nas áreas de engenharia mecânica, elétrica e eletrônica através da ART de cargo e função que vincula o profissional a empresa nos termos do Conselho Regional Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro”;*

d) *“que seja marcado uma nova data de abertura na forma da lei”;*

**IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO**

11. Em análise às alegações apresentadas bem como pesquisa sobre a matéria cumpre destacar que a [Lei Federal 13.726/2018](#), a chamada “Lei da Desburocratização”, entrou em vigor no dia 23 de novembro de 2018, com a finalidade de racionalizar atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante a supressão ou simplificação de formalidades e exigências desnecessárias.

12. Com aplicabilidade nos certames licitatórios, a legislação prevê em seu art. 3º, por exemplo, a dispensa de reconhecimento de firma, bem como de autenticação de documentos em cartório, cumprindo ao agente administrativo, mediante comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade.



Comissão de Pregão II

*Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*II - autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;*

13. Em atendimento ao ordenamento jurídico, para fins de inscrição da empresa e cadastramento do responsável técnico, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA exige alguns requisitos nos contratos apresentados pelas partes, sendo:

a) O OBJETO DO CONTRATO: O profissional deverá ser contratado na condição de Responsável Técnico pelas atividades desenvolvidas pelo Contratante;

b) CARGA HORÁRIA: A carga horária deverá estar definida no instrumento contratual;

c) REMUNERAÇÃO MENSAL: O contrato deverá respeitar o patamar previsto na Lei 4950-A/66.

d) PRAZO DO CONTRATO: Deverá respeitar o art. [598](#) do [Código Civil](#).

[...] Fica dispensado o registro do contrato em Cartório de Títulos e Documentos.

14. Ainda, ao tratar da emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e Acervo Técnico Profissional, o art. 3º, da Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, reitera a desnecessidade de registro do contrato em cartório, *in verbis*:



Comissão de Pregão II

*Art. 3º Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.*

*Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. (Grifo nosso)*

15. Em suma, a validade do contrato de prestação de serviços firmado entre empresa e responsável técnico está subordinada ao atendimento dos requisitos da lei civil e do CONFEA, e o simples fato de inexistir registro em Cartório de Títulos e Documentos não se revela suficiente para que a licitante seja excluída do certame.

## V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

16. Reputando a análise do mérito, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado assistir razão à Impugnante na medida em que os pontos impugnados estão fundamentalmente justificados.

17. Conclui-se, assim, que a Impugnante assiste razão em suas alegações, motivo pelo qual deverão ser procedidas as devidas alterações do Edital e sua republicação.

## VI. DA DECISÃO

18. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da



Comissão de Pregão II

Impugnação interposta pela empresa **TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**, no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 216/2022**, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 05 de maio de 2023.

**JONATHAN P. CHAVES**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870